

**PROGRAMA**

**DO**

**PROCEDIMENTO N.º 01/MDN-DGRDN/2023**

**PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO DE  
CONCURSO, PARA A AQUISIÇÃO DE SEIS NAVIOS DE PATRULHA OCEÂNICOS  
(NPO)**

## Índice

<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>4</b>
<b>DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 1.º .....</b>	<b>4</b>
<b>Identificação e objeto do procedimento .....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 2.º .....</b>	<b>4</b>
<b>Entidade Adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar .....</b>	<b>4</b>
<b>Artigo 3.º .....</b>	<b>5</b>
<b>Tramitação do procedimento e consulta das peças .....</b>	<b>5</b>
<b>Artigo 4.º Idioma dos documentos .....</b>	<b>6</b>
<b>Artigo 5.º Órgão competente para conduzir o procedimento e prestar esclarecimentos ....</b>	<b>6</b>
<b>Artigo 6.º .....</b>	<b>7</b>
<b>Fases do Procedimento .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>7</b>
<b>APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.....</b>	<b>7</b>
<b>Artigo 7.º .....</b>	<b>7</b>
<b>Prazo para a apresentação das candidaturas .....</b>	<b>7</b>
<b>Artigo 8.º .....</b>	<b>7</b>
<b>Critérios de qualificação dos candidatos .....</b>	<b>7</b>
<b>Artigo 9.º .....</b>	<b>9</b>
<b>Documentos que integram a candidatura .....</b>	<b>10</b>
<b>Artigo 10.º .....</b>	<b>11</b>
<b>Decisão de qualificação .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>11</b>
<b>APRESENTAÇÃO, AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>11</b>
<b>Artigo 11.º .....</b>	<b>11</b>
<b>Prazo para a apresentação das propostas .....</b>	<b>11</b>
<b>Artigo 12.º .....</b>	<b>12</b>
<b>Documentos que constituem as propostas .....</b>	<b>12</b>
<b>Artigo 13.º .....</b>	<b>12</b>
<b>Prazo da obrigação de manutenção das propostas .....</b>	<b>12</b>
<b>Artigo 14.º .....</b>	<b>12</b>
<b>Apresentação de propostas variantes .....</b>	<b>12</b>

<b>Artigo 15.º</b> .....	12
<b>Critérios de seleção das propostas</b> .....	12
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	13
<b>NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS</b> .....	13
<b>Artigo 16.º</b> .....	13
<b>Âmbito da negociação</b> .....	13
<b>Artigo 17.º</b> .....	13
<b>Formalidades a observar na negociação</b> .....	13
<b>CAPÍTULO V</b> .....	14
<b>APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS VERSÕES FINAIS DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO</b> ...	14
<b>Artigo 18.º</b> .....	14
<b>Versões finais das propostas</b> .....	14
<b>Artigo 19.º</b> .....	15
<b>Critério de adjudicação</b> .....	15
<b>Artigo 20.º</b> .....	16
<b>Notificação da decisão de adjudicação</b> .....	16
<b>Artigo 21.º</b> .....	17
<b>Documentos de habilitação</b> .....	17
<b>Artigo 22.º</b> .....	18
<b>Caução</b> .....	18
<b>Artigo 23.º</b> .....	18
<b>Caducidade da adjudicação</b> .....	18
<b>Artigo 24.º</b> .....	19
<b>Outorga do contrato</b> .....	19
<b>CAPÍTULO VI</b> .....	19
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	19
<b>Artigo 25.º</b> .....	19
<b>Contagem dos prazos</b> .....	19
<b>Artigo 26.º</b> .....	20
<b>Foro</b> .....	20
<b>ANEXOS</b> .....	20

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1.º**

##### **Identificação e objeto do procedimento**

1. O presente procedimento tem por objeto o fornecimento, ao Estado Português, de seis Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), da Classe Viana do Castelo, 3.ª Série, completos, prontos a operar e devidamente equipados e testados, destinados à Marinha Portuguesa, incluindo a revisão do projeto de engenharia e o fornecimento dos bens e serviços de apoio logístico para sustentar o ciclo de vida dos navios, nos termos e condições previstos no Caderno de Encargos e na Especificação de Requisitos para a Construção dos NPO 3.ª Série (ERNPO3S) do qual faz parte integrante.
2. É adotado o *“procedimento por negociação com publicação de anúncio de concurso”*, no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 104/2011 de 6 de outubro.
3. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atualmente em vigor.

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade Adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar**

1. A Entidade Adjudicante é o Estado Português/Ministério da Defesa Nacional, através da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, com o NIPC 600086640, sita na Av. Ilha da Madeira, n.º 1, 2.º e 4.º pisos, 1400-204 Lisboa, com o telefone +351 213038500 e endereço eletrónico dgrdn@defesa.pt.
2. A decisão de contratar e a decisão de autorização da despesa foram tomadas por Despacho n.º 4977/2023, da Ministra da Defesa Nacional, de 18-4-2023, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 82, de 27-4-2023, tendo sido delegado no Diretor-

Geral de Recursos da Defesa Nacional, a prática de todos os atos inerentes ao presente procedimento.

### **Artigo 3.º**

#### **Tramitação do procedimento e consulta das peças**

1. As peças do presente procedimento – Anúncio, Programa do Procedimento, Convite à apresentação de propostas, Caderno de Encargos, e respetivos anexos, - são disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: <https://www.acingov.pt/>.
2. O acesso às peças do procedimento só será possível após a assinatura e submissão, pelo interessado, de uma *“Declaração de Confidencialidade e Não Divulgação da Informação”*, conforme modelo constante do ANEXO I do presente programa.
3. A apresentação das candidaturas e das propostas, bem como todos os pedidos de esclarecimento, requerimentos, comunicações, notificações e demais atos a praticar no âmbito do presente procedimento, são efetuados através da referida plataforma eletrónica.
4. Todos os documentos carregados nas plataformas eletrónicas deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da lei aplicável.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
6. Quando a candidatura, ou a proposta, seja apresentada por um agrupamento, os documentos são assinados por todos os membros que o integram ou pelo representante comum, devendo neste caso ser submetido na plataforma eletrónica, por cada um dos membros do agrupamento, os respetivos instrumentos de mandato.
7. Os documentos de qualificação e de habilitação apresentados devem ser originais ou cópias certificadas legalmente, podendo a qualquer momento ser exigido a exibição do respetivo original.

8. Em alternativa à apresentação dos documentos de qualificação ou de habilitação, o adjudicatário poderá indicar o endereço eletrónico do(s) sítio(s) onde tais documentos se encontram disponíveis para consulta, disponibilizando a informação necessária para o efeito.
9. As candidaturas, propostas, e demais documentos apresentados ou atos praticados depois de expirados os prazos definidos no presente programa ou na lei, não serão aceites, sendo os candidatos ou concorrentes os únicos responsáveis por todos os atrasos que porventura se verifiquem.
10. Caso os interessados tenham dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos manuais técnicos ou dos contactos disponibilizados para esse efeito em <https://www.acingov.pt/>.

#### **Artigo 4.º**

##### **Idioma dos documentos**

1. Os documentos que integram as candidaturas e as propostas dos concorrentes, bem como os documentos de qualificação e de habilitação e quaisquer outros que sejam submetidos no âmbito do presente procedimento, são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos sejam redigidos em língua estrangeira, deve o candidato ou concorrente, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. A documentação de natureza técnica, tais como, catálogos, referências, manuais e documentos similares, podem ser apresentados em língua inglesa, bem como os documentos referidos nos pontos IV a VII do n.º 3 do artigo 8º deste programa.

#### **Artigo 5.º**

##### **Órgão competente para conduzir o procedimento e prestar esclarecimentos**

1. O procedimento é conduzido por um júri com as competências previstas na lei, sendo o órgão competente para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
2. O Júri do procedimento será apoiado no exercício das suas funções por peritos designados pelo órgão competente, os quais podem participar nas reuniões de avaliação e negociação das propostas, sem direito a voto.

### **Artigo 6.º**

#### **Fases do Procedimento**

O presente procedimento compreende as seguintes fases:

- a. Fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- b. Fase de apresentação, avaliação e seleção das propostas;
- c. Fase da negociação das propostas;
- d. Fase da apresentação e avaliação das versões finais das propostas e adjudicação.

## **CAPÍTULO II**

### **APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS**

#### **Artigo 7.º**

##### **Prazo para a apresentação das candidaturas**

As candidaturas são apresentadas diretamente na plataforma eletrónica até ao 33.º (trigésimo terceiro) dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no JOUE.

#### **Artigo 8.º**

##### **Critérios de qualificação dos candidatos**

1. É adotado o modelo simples de qualificação, de acordo com o qual são qualificados todos os candidatos que preenchem todos os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

2. Constituem requisitos mínimos de capacidade financeira:

- I. Liquidez Geral – Ativo corrente / Passivo Corrente > 1;
- II. Volume de vendas médio dos últimos três exercícios económicos > ¼ do valor do procedimento.

3. Constituem requisitos mínimos de capacidade técnica:

- I. Ter por objeto social a atividade de construção naval;
- II. Ser considerado, nos termos da lei, uma pessoa, singular ou coletiva, com domicílio, sede ou estabelecimento estável em um dos Estados-membros da União Europeia, do Espaço Económico Europeu, ou num dos países que integram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO);
- III. Experiência comprovada (por si só ou em agrupamento) na construção naval militar, a demonstrar com o cumprimento dos seguintes requisitos cumulativos:
  - a. Capacidade para construir navios militares de acordo com o planeamento contratualizado, com deslocamento superior a 1500 toneladas, a demonstrar através de declarações abonatórias, ou equivalente, passadas pelo cliente de pelo menos uma (1) construção militar para Forças Armadas de Países Integrantes da NATO, dentro do prazo contratualizado, nos últimos dez (10) anos, contados a partir da data da respetiva receção provisória;
  - b. Demonstração de Capacidade de construção de navios de superfície com propulsão elétrica - pelo menos um (1) navio com deslocamento superior a 1500 toneladas, com Propulsão exclusivamente Elétrica ou Propulsão combinada Diesel Elétrica nos últimos dez (10) anos, contados a partir da data da respetiva receção provisória;
- IV. Credenciação de Segurança NATO SECRETO e NACIONAL SECRETO;
- V. Certificação ISO 9001: Sistemas de Gestão da Qualidade;
- VI. Certificação ISO 14001: Sistema de Gestão Ambiental;
- VII. Certificação ISO 45001: Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacionais;
- VIII. Instalações próprias com as seguintes características:



- a. Doca ou plataforma horizontal similar para construção dos navios, e que permita realizar a docagem final ao navio antes das provas de mar. Esta doca terá ainda de possuir proteções (fixas ou temporárias) que permitam a realização de trabalhos em condições ambientais adversas;
  - b. Cobertas, com área igual ou superior a 3000 m<sup>2</sup> para armazenamento de componentes, equipamentos e sistemas antes da sua instalação a bordo, no sentido de os manter resguardados da intempérie, co-localizadas com a Doca ou plataforma horizontal similar para construção dos navios;
  - c. Disponibilidade de meios de elevação no local da construção para movimentar e rodar, sem contato com o solo, blocos estruturais com peso até 70 toneladas, durante o período da construção;
  - d. Oficina/nave com área igual ou superior a 8000 m<sup>2</sup>, para construção de blocos estruturais resguardados da intempérie, co-localizadas com a Doca ou plataforma horizontal similar para construção dos navios;
  - e. Localizadas em um dos Estados-membros da União Europeia, do Espaço Económico Europeu, ou num dos países que integram a NATO.
4. No caso de o candidato ser um agrupamento:
- a. Todos os membros que o integram têm de preencher individualmente todos os requisitos referidos nos pontos II, e IV a VII do n.º 3;
  - b. Relativamente aos requisitos referidos nos pontos I, III a) e b), e VIII a) a e), do n.º 3 do presente artigo, considera-se que o agrupamento preenche esses requisitos desde que, pelo menos um dos membros que o integram, os preencha todos;
  - c. Os requisitos de capacidade financeira podem ser preenchidos individualmente ou em conjunto.
5. Equivale ao preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade financeira referidos no n.º 2, a apresentação de declaração bancária conforme modelo a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do CCP e que consta do anexo VI ao referido Código.

### **Artigo 9.º**

### **Documentos que integram a candidatura**

1. A candidatura é constituída pelos seguintes documentos:
  - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), pré-preenchido pela entidade adjudicante;
  - b. Declarações de Informação Empresarial Simplificada (IES) validadas pelos serviços de finanças, ou Relatórios e Contas ou documentos equivalentes, aprovados e devidamente certificados por uma entidade independente, nomeadamente um Revisor Oficial de Contas ou equiparado, referentes aos três últimos exercícios económicos, para efeitos de verificação dos requisitos mencionados no n.º 2 do artigo anterior;
  - c. Certidão permanente do registo comercial atualizada ou documento equivalente que permita comprovar o objeto social do candidato e o respetivo domicílio, sede ou estabelecimento estável, a que se referem os pontos I e II do n.º 3 do artigo anterior;
  - d. Descritivo das construções militares realizadas nos últimos 10 anos e declarações abonatórias, para efeito de verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e b) do ponto III do n.º 3 do artigo anterior;
  - e. Certificados emitidos pelas respetivas entidades competentes, para efeitos de comprovação dos requisitos constantes dos pontos IV a VII do n.º 3 do artigo anterior;
  - f. Declaração sob compromisso de honra, exarada no DEUCP, relativamente ao cumprimento dos requisitos que constam das alíneas a) a e) do ponto VIII do n.º 3 do artigo anterior.
2. Quando, para efeitos de preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade financeira ou técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração, através do preenchimento de um formulário DEUCP distinto, por cada uma das entidades terceiras, através da qual estes se

comprometem, incondicionalmente, a assumir a realização do requisito em causa ou de determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

3. A prova da credenciação de segurança a que se refere o ponto IV do n.º 3 do artigo 8.º, pode ser substituída por documento emitido pela autoridade competente que comprove que o processo de credenciação está em curso, sem prejuízo do dever de apresentar o documento de credenciação atribuída no prazo a que se refere o n.º 2 do artigo 10.º.

### **Artigo 10.º**

#### **Decisão de qualificação**

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de qualificação, no prazo máximo de 44 dias após o termo do prazo para apresentação das candidaturas, e notificá-la aos candidatos, acompanhada do relatório final da fase de qualificação.
2. Se aplicável, juntamente com a notificação da decisão de qualificação, os candidatos qualificados serão notificados para, no prazo de 5 dias, apresentarem os documentos comprovativos em falta ou confirmar os compromissos assumidos por terceiros, sob pena de caducidade da qualificação.
4. Sempre que se verifique um facto que, nos termos da lei, determine a caducidade da qualificação, há lugar a notificação e audiência do interessado, nos termos previstos no artigo 23.º do presente programa.
5. Os candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

## **CAPÍTULO III**

### **APRESENTAÇÃO, AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 11.º**

##### **Prazo para a apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica até ao 50.º (quinquagésimo) dia a contar da data do envio do convite para a apresentação das propostas aos candidatos qualificados.

### **Artigo 12.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), pré-preenchido pela entidade adjudicante;
  - b. Proposta elaborada de acordo com o modelo que consta do ANEXO II ao presente Programa do Procedimento.
2. No caso de o concorrente ser um agrupamento a proposta deve incluir uma declaração através da qual, todos os membros do agrupamento, se comprometem, no caso de adjudicação da sua proposta e antes da celebração do contrato a associar-se, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidaria, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

### **Artigo 13.º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas válidas pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

### **Artigo 14.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 15.º**

#### **CrITÉRIOS de seleção das propostas**

1. A avaliação e seleção das propostas para a fase da negociação será realizada de acordo com o critério de adjudicação e, se necessário, com recurso aos critérios de desempate, constantes do artigo 19.º do presente programa.
2. Passam à fase seguinte de negociação, as propostas ordenadas nos três (3) primeiros lugares.

## **CAPÍTULO IV**

### **NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 16.º**

##### **Âmbito da negociação**

1. A negociação incide sobre os seguintes atributos das propostas:
  - a. Preço;
  - b. Prazo de execução, de acordo com os prazos de entrega de cada NPO;
  - c. Mérito Técnico.
2. Os encargos com a sustentação das equipas, e os restantes aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência, não serão objeto de negociação.

#### **Artigo 17.º**

##### **Formalidades a observar na negociação**

1. O Júri notifica, através da plataforma eletrónica, os três concorrentes cujas propostas foram selecionadas nos termos do artigo 15.º, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, da data, hora e local da primeira sessão de negociações, agendando as restantes sessões nos termos que tiver por convenientes.
2. As negociações decorrerão presencialmente no edifício do Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa, e em separado com cada concorrente, podendo, porém, o Júri, a qualquer momento, alterar esse formato, desde que informe os concorrentes previamente.

3. Os concorrentes devem fazer-se representar nas sessões de negociação pelos seus representantes legais, podendo ser acompanhados por técnicos por eles indicados previamente.
4. De cada sessão de negociação é lavrada ata, a qual deve ser assinada pelos membros do Júri e pelos representantes dos concorrentes presentes, devendo fazer-se menção da recusa de algum destes em assiná-la.
5. Os concorrentes devem ter idênticas oportunidades de propor, aceitar e contrapor modificações às respetivas propostas durante as sessões de negociação, sendo realizadas, no máximo, duas sessões de negociação por concorrente.
6. As atas e quaisquer outras informações ou comunicações, escritas ou orais, prestadas pelos concorrentes à Entidade Adjudicante devem manter-se sigilosas durante a fase de negociação.
7. Não haverá lugar a leilão eletrónico.

## **CAPÍTULO V**

### **APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS VERSÕES FINAIS DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO**

#### **Artigo 18.º**

##### **Versões finais das propostas**

1. Quando o Júri der por terminada a negociação, notifica os concorrentes para, em prazo não inferior a cinco (5) dias, apresentarem as versões finais integrais das propostas.
2. As versões finais integrais das propostas devem obedecer ao disposto no artigo 12.º e ser acompanhadas de um documento que identifique, de forma exaustiva, em relação a cada um dos atributos propostos, todas as alterações que os concorrentes efetuaram face às respetivas propostas iniciais.
3. Em caso de divergência entre o documento a que se refere o número anterior e a versão final integral da proposta, prevalece, para todos os efeitos, a segunda.

4. Depois de entregues as versões finais das propostas, não podem as mesmas ser objeto de quaisquer alterações.
5. No caso de exclusão das versões finais das propostas ou ainda no caso de não serem apresentadas versões finais das propostas, as respetivas versões iniciais mantêm-se para efeitos de adjudicação.
6. Sem prejuízo de outros motivos de exclusão previstos na lei, serão excluídas as versões finais cuja pontuação global seja inferior à das respetivas versões iniciais.

### **Artigo 19.º**

#### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *multifactor*.
2. Os fatores que densificam o critério de adjudicação são o Preço, o Mérito Técnico, os Encargos com a Sustentação das Equipas, e o Prazo de Execução, valorizados de acordo com as seguintes percentagens e com as fórmulas definidas no ANEXO III:
  - a. Preço – 63%;
  - b. Mérito Técnico – 29%;
  - c. Encargos com a Sustentação das Equipas – 5%;
  - d. Prazo de Execução – 3%
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 71.º do CCP, e tendo por referência o preço dos NPO 2ª série, considera-se preço anormalmente baixo, o preço inferior a 20% do preço base indicado no caderno de encargos.
4. O Prazo de Execução (global) do contrato deve respeitar o prazo máximo definido no caderno de encargos.
5. Em caso de empate, o critério de desempate será o da proposta que tiver obtido maior pontuação no fator Preço e, em caso de persistência do empate, aplicar-se-ão o(s)fator(es) indicado(s) no número dois, sucessivamente pela ordem em que se encontram aí indicados.

6. Casos os critérios indicados no número anterior não permitam desempatar as propostas, aplicar-se-ão, os seguintes critérios de desempate pela ordem a seguir indicada:
- a. A proposta que tiver sido apresentada por micro, pequena ou média empresa (PME), por ordem crescente de categoria de PME, de acordo com a definição constante do artigo 2.º da Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003;<sup>1</sup> ou ultrapassados os limiares aí definidos e com base nos mesmos fatores, a proposta que tiver sido apresentada pela empresa de menor dimensão, com base no relatório e contas aprovados do último exercício económico;
  - b. Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio público, a promover pelo júri do concurso (em data, hora e local a comunicar a todos os concorrentes), do qual será lavrada ata.

### **Artigo 20.º**

#### **Notificação da decisão de adjudicação**

- 1. A decisão de adjudicação é notificada, simultaneamente, a todos os concorrentes, juntamente com o segundo relatório final de avaliação das propostas.
- 2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para, no prazo de 10 (dez) dias:
  - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do art.º 21.º do presente Programa, e em conformidade com o artigo 81.º do CCP e com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro;
  - b. Prestar caução nos termos e condições previstas no artigo 22.º do presente Programa, indicando expressamente o seu valor;
  - c. Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, e/ou declaração através da qual um terceiro se comprometa, incondicionalmente, a

---

<sup>1</sup> RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas [notificada com o número C (2003) 1422] (Texto relevante para efeitos do EEE) (2003/361/CE): < 250 trabalhadores e até 50 milhões de euros de volume de negócios anual.



executar os trabalhos correspondentes às habilitações constantes do respetivo documento de habilitação;

- d. Tratando-se de agrupamento, confirmar a constituição de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, mediante a apresentação do respetivo contrato de consórcio, com indicação do chefe do consórcio e a especificação dos poderes que lhe são conferidos, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
3. O adjudicatário deverá ainda pronunciar-se sobre a minuta de contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação, considerando-se a mesma aceite quando, esgotado aquele prazo, o adjudicatário não tenha apresentado reclamação.

### **Artigo 21.º**

#### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação:
  - a. Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II ao Código;
  - b. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 artigo 55.º do CCP:
    - i. Declarações da situação contributiva regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que o concorrente seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
    - ii. Certificado(s) do registo criminal do adjudicatário (pessoa singular ou coletiva) e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência; e

- iii. Certidão do registo comercial atualizada, que contenha indicação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
  - c. Se aplicável, documento comprovativo de Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou o respetivo código de acesso;
  - d. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei;
  - e. Licença para o exercício de atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares, prevista na Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto;
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos no número anterior devem ser apresentados por cada um dos seus membros.

#### **Artigo 22.º**

##### **Caução**

- 1. Para garantir a celebração e o exato e pontual cumprimento das obrigações do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a prestar uma caução no montante de 5% do preço contratual.
- 2. A caução é prestada sob a forma de garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o modelo em ANEXO IV ao presente programa.

#### **Artigo 23.º**

##### **Caducidade da adjudicação**

- 1. Sempre que se verifique um facto que, nos termos da lei, possa determinar a caducidade da adjudicação, nomeadamente a falta de apresentação ou irregularidade nos documentos de habilitação, o Adjudicatário será notificado para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, relativamente ao facto ocorrido, em

prazo a fixar pelo órgão competente para a decisão de contratar não superior a 5 (cinco) dias.

2. Quando a falta ou a irregularidade se verifique por facto que, comprovadamente, não seja imputável ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 dias a contar da data da respetiva notificação, para a apresentação dos documentos em falta ou para o suprimento da irregularidade, sob pena de caducidade da adjudicação.

### **Artigo 24.º**

#### **Outorga do contrato**

1. O contrato será celebrado por escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático, com aposição de assinaturas eletrónicas.
2. A formalização da minuta do contrato e a sua outorga obedecem ao disposto nos artigos 94.º a 106.º do CCP.
3. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento será publicitado nos termos da lei.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 25.º**

#### **Contagem dos prazos**

1. Os prazos fixados para a apresentação das candidaturas e das propostas são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos ou feriados; os restantes prazos do procedimento são fixados em dias úteis.
2. Não se conta o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr, considerando-se que o prazo expira às 23:59:59 do dia em que o mesmo termina; a hora relevante para o efeito é a hora local – hora de Lisboa, Portugal.

## **Artigo 26.º**

### **Foro**

Para resolução de quaisquer litígios decorrentes do presente procedimento, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **ANEXOS**

ANEXO I – “Declaração de Confidencialidade e Não Divulgação da Informação”

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III – Critério de Adjudicação (Fatores e Subfatores)

ANEXO IV – Modelo de Caução